

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 7013/2023

**SISTEMA DE GESTÃO AUTOMATIZADO DE FARDAMENTO HOSPITALAR – SAMA
POCI-05-5762-FSE-000409 SAMA**

PROGRAMA DE CONCURSO

**Serviço de Aprovisionamento
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E**

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 7013/2023

SISTEMA DE GESTÃO AUTOMATIZADO DE FARDAMENTO HOSPITALAR – SAMA POCI-05-5762-FSE-000409

PROGRAMA DO CONCURSO

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E OBJETO

1. O presente procedimento tem por objeto o desenvolvimento e implementação de Sistema de Gestão Automatizado de Fardamento Hospitalar – SAMA, para o HDFF, EPE no âmbito do projeto POCI-05-5762-FSE-000409 SAMA, de acordo com as características constantes do Caderno de Encargos, Clausulas Técnicas Gerais e Especiais e restantes peças desenhadas e escritas publicadas em anexo, que integram o presente procedimento, é adoptado o Concurso Público Internacional, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Os bens e serviços a adquirir inserem-se na categoria 30236000-2 descrita como “Equipamento informático diverso”, constante do Regulamento (CE) n.º 231/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV).

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., abreviadamente designada por HDFF, EPE, sito na Rua do Hospital, Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o n.º telefone (00351) 233 402 000, fax (00351) 233 431 268, correio eletrónico concursos@hdfigueira.min-saude.pt relativo ao Serviço de Aprovisionamento, responsável pelo presente Concurso e endereço de plataforma eletrónica acingov.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do HDFF, EPE, datada de 28 de fevereiro de 2023.

ARTIGO 4.º

FUNDAMENTO JURÍDICO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Tendo como propósito a necessidade de aquisição de um Sistema de Gestão Automatizado de Fardamento Hospitalar com o n.º 7013/2023, e em cumprimento com o disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18.º a 21.º do CCP), nomeadamente a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, é adoptado o Concurso Público Internacional.

ARTIGO 5.º

CONSULTA E FORNECIMENTO DO PROCESSO DE CONCURSO

1. A participação no presente Concurso e o acesso às peças do procedimento, está disponível através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, no endereço eletrónico www.acingov.pt
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis na morada referida no artigo 2.º, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 9.30 horas às 12.30 horas e das 14.00 horas às 17.00 horas, desde a data da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

ARTIGO 6.º

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IDENTIFICAÇÕES DE ERROS E OMISSÕES

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri do Procedimento, por deliberação do Conselho de Administração.
2. Os interessados podem solicitar pedidos de esclarecimentos, por escrito e através da Plataforma Eletrónica identificada no artigo 1.º, na funcionalidade “esclarecimentos”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, relativamente a quaisquer dúvidas surgidas na compreensão e na interpretação das peças do procedimento, bem como, neste mesmo prazo, apresentar uma lista de erros e omissões por si detetadas.
3. A pronúncia sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, bem como os termos do seu suprimento aceites serão prestados, igualmente, através da mesma plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. O Júri até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas deve prestar os esclarecimentos solicitados.
5. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista no n.º 3, desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 2, poderá justificar a prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, por período equivalente ao do atraso verificado, beneficiando todos os interessados.

ARTIGO 7.º

REQUISITOS À ADMISSÃO DE CONCORRENTES

1. Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente Procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no Programa de Concurso e no Caderno de encargos.
2. É permitida a apresentação de proposta por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da proposta.

3. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir a forma de sociedade comercial, de agrupamento complementar de empresa ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo as entidades, se optarem pela constituição de consórcio externo, cumprirem com o disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

ARTIGO 8.º

PREÇO BASE

1. Nos termos do previsto no artigo 47º do CCP, indica-se como preço base total do procedimento o valor de 364.125,00 € (trezentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e cinco euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
2. O preço base foi definido considerando a consulta preliminar efetuada.

ARTIGO 9.º

PEDIDOS DE VISITA

1. Para conhecimento da atual situação, designadamente, localização, características das instalações, equipamentos disponíveis e outras verificações com interesse para o estudo e apresentação de proposta, os interessados podem requerer uma visita ao local, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. O pedido de visita deve ser submetido na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, utilizando para o efeito a funcionalidade “Mensagens”.

PROPOSTAS

ARTIGO 10.º

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas devem ser apresentadas até às 17h:00m do trigésimo dia a contar da data de envio para publicitação do anúncio para o JOUE.
2. A apresentação das propostas e dos documentos que as instruem devem ser realizadas exclusivamente através da plataforma eletrónica www.acingov.pt
3. A data limite fixada no ponto 1, pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada nos termos definidos no artigo 64º do CCP.
4. A prorrogação do prazo prevista no número anterior beneficia todos os interessados.

ARTIGO 11.º

PROPOSTA

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na elaboração da proposta e de todos os documentos que a instrui os concorrentes devem ter em consideração, sob pena de exclusão, o disposto no caderno de encargos (incluindo os seus anexos).
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes, com poderes para o obrigar.

ARTIGO 12.º

DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Documento Europeu Único de Contratação (DEUCP).;
 - b) Documento onde conste o preço global da proposta, líquido de IVA;
 - c) Documento onde conste o prazo de entrega do equipamento e instalação do equipamento, expresso em dias;
 - d) Plano de manutenção após garantia do equipamento, nas modalidades (1) Manutenção Preventiva e Corretiva com peças e consumíveis e (2) Manutenção Preventiva e Corretiva sem peças, e Plano de calibrações, explicitando a equipa técnica a afetar, de acordo com as características do equipamento definidos no Anexo do Caderno de Encargos;
 - e) Certificado do Sistema e Certificado do Fabricante do equipamento;
2. Os preços propostos incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao HDFF, EPE.
3. Os preços contratuais propostos não devem incluir o IVA, e devem ser indicados por algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o preço apresentado por extenso.
4. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
5. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º1 do artigo 57.º do CCP.
6. Nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos elencados no ponto anterior devem ser todos assinados eletronicamente pelo concorrente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos. A apresentação de ficheiros compactados nos termos referidos configurará causa de exclusão da proposta.

ARTIGO 13.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é permitida a apresentação de propostas variantes (de acordo com o artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos).

ARTIGO 14.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo para apresentação das propostas.

ARTIGO 15.º

AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS E EXCLUSÃO

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, considerando o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. Na análise das propostas será verificada a existência de algum dos pressupostos de exclusão previstos no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Serão excluídas todas as propostas que não obedeçam aos termos e condições definidos nas cláusulas do Caderno de Encargos, ou que não se adequem ao fim a que se destinam.

ARTIGO 16.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17.º

LEILÃO ELETRÓNICO

1. Na sequência da análise das propostas e antes decisões de adjudicação, a entidade adjudicante convidará os concorrentes que tenham apresentado propostas admissíveis, a participar num leilão eletrónico, destinado a permitir aos concorrentes melhorar progressivamente os preços apresentados nas suas propostas, através da plataforma Acingov.
2. O convite indica:
 - a) Concorrentes admitidos, com indicação das propostas apresentadas e data de envio;

- b) Indicação do Tipo de leilão;
- c) Data e hora do início do leilão;
- d) Modo de encerramento do leilão.

3. Para efeitos do disposto no n.º 1, o leilão eletrónico obedece às seguintes regras:

- a) Será adotado o leilão tipo inglês decrescente, que se caracteriza por permitir várias licitações decrescentes relativamente ao preço base previamente fixado (antes do início do leilão).
- b) No leilão os concorrentes licitarão sobre o preço global da proposta sendo que daí nunca poderá resultar um aumento dos preços unitários por si apresentados nas propostas;
- c) Os valores a licitar não incluem IVA;
- d) O leilão terá a duração de 30 (trinta) minutos.
- e) O decremento mínimo entre licitações será de 500,00€ (quinhentos) euros.

4. Após o encerramento do leilão os concorrentes que nele participaram terão de entregar, através da plataforma eletrónica de contratação pública “Acingov”, a versão final da proposta contratual.

5. O leilão poderá não ocorrer, desde que o Júri verifique que foi apresentada uma única proposta admissível.

ARTTIGO 18.º

LOTES

O presente procedimento não será realizado com lotes, uma vez que os bens a adquirir não podem ser separados, conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

ADJUDICAÇÃO

ARTTIGO 19.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação é Monofator, sendo densificado por um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 20.º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 1. Se existirem propostas com a mesma classificação final, o desempate será efetuado através de sorteio presencial.
- 2. A data, hora e local em que ocorrerá o sorteio será comunicada a todos os concorrentes empatados, através da plataforma eletrónica, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.
- 3. O sorteio decorrerá da seguinte forma:
 - a) Será criada uma numeração de acordo com o número de concorrentes empatados;
 - b) A numeração será introduzida em recetáculo opaco, de onde cada concorrente, devidamente credenciado, extrairá a numeração;
 - c) Os concorrentes serão ordenados de acordo com a numeração que lhes couber;

d) O sorteio decorrerá na presença do júri do concurso.

4. Do sorteio será redigida uma ata a submeter a assinatura de todos os presentes.

ARTIGO 21.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º do CCP, os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração emitida conforme modelo a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, nomeadamente o Anexo II do CCP, que se encontra disponível em anexo ao presente programa de procedimento;

b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;

ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 83.º do CCP, no n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

e) Apólice e recibo de seguro de responsabilidade civil;

2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação previsto no ponto anterior pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

3. Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada quando, pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira.

4. Caso existam situações de irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, o adjudicatário é notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder à respetiva supressão.

ARTIGO 22.º

CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação caduca, considerando-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe seja exigida nos termos do artigo anterior;
 - b) Não preste a caução que lhe seja exigida;
 - c) Por facto imputável ao adjudicatário não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, não o outorgando, caso em que perde a caução prestada, se aplicável.
2. Nos casos previstos no número anterior, a entidade competente para autorizar a despesa pode decidir pela adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar.

ARTIGO 23.º

OUTRAS CAUSAS DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

1. O órgão competente para a decisão de contratar pode não adjudicar o presente procedimento quando:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado a proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação do procedimento é notificada a todos os concorrentes.

ARTIGO 24.º

FUNÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, deverá ser prestada uma caução no valor de 5% do preço contratual, com exclusão do IVA.

ARTIGO 25.º

MODOS DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

1. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação que lhe for feita da adjudicação, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
2. A caução deverá ser prestada por qualquer modo previsto no artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

CONTRATO

ARTIGO 26.º

APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo Conselho de Administração em simultâneo com a decisão de adjudicação, sendo remetida ao adjudicatário, para aceitação.
2. O Conselho de Administração pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, nos termos do artigo 99.º do CCP.
3. Aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos e para pronunciar, querendo.
4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
5. As reclamações à minuta do contrato a celebrar, só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
6. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
7. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
8. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a Entidade Adjudicante reduz a versão final do clausulado contratual em suporte informático para a aposição de assinaturas eletrónicas pelos representantes das outorgantes.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 27.º

PRAZOS

Todos os prazos indicados no presente programa cumprem o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 28.º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, apenas produzindo efeitos após a data desta comunicação.

ARTIGO 29.º

MODIFICAÇÃO OBJETIVA

É permitida a modificação objetiva do contrato nos termos da alínea a) do n.º 3 do art.º 313.º do CCP.

ARTIGO 30.º

CESSÃO DE CRÉDITOS

A cessão de todo e qualquer crédito emergente do contrato, nomeadamente da sua execução e da sua extinção, depende sempre de consentimento prévio e escrito do HDFF, EPE, nos termos do n.º 1 do artigo 577.º do Código Civil.

ARTIGO 31.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente concurso é regulado pelo Código dos Contratos Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e demais legislação aplicável.

ARTIGO 32.º

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento de concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo Garantia Bancária ou Seguro-Caução

O _____ (Banco/seguradora), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, com o capital social de _____ Euros, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o n.º _____, vem pelo presente documento, prestar a pedido e em nome de _____ (empresa adjudicatária) na posição de ordenador/tomador, pessoa coletiva n.º _____, com domicílio em _____, uma (garantia bancária ou seguro caução) autónoma(o), à primeira solicitação, a favor do Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., com sede na Rua do Hospital – Gala, 3094-001 Figueira da Foz, no valor de _____ Euros _____ (extenso), correspondente a _____ % (identificar %), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que empresa adjudicatária ordenadora/tomadora assumirá no contrato que com ela o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., vai outorgar e que tem por objeto a intervenção - _____ (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a entregar imediatamente quaisquer quantias que se tornem necessárias, até ao limite do seu valor e que lhe sejam reclamadas, à primeira solicitação, pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o ordenador/tomador possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a empresa adjudicatária assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Figueira da Foz, _____ de _____ de 20____